



INTEGRAÇÃO REGIONAL E CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO MERCOSUL

Área: ADMINISTRAÇÃO

PRUDENTE, Salomão Jorge

BORGES, Paulo Roberto Santana

Resumo:

A proposta contida nesse trabalho está no estudo sobre a Integração Regional e Convênios de Cooperação Técnica no MERCOSUL, para análise dos preceitos relacionados à condução do bloco econômico objeto desse trabalho. A pesquisa tem como objetivo mostrar como anda o desenvolvimento no processo de cooperação e integração no MERCOSUL nas últimas décadas, e os aspectos das políticas de relações internacionais do conglomerado de ensino e pesquisa do MERCOSUL, além das relações comerciais envolvidas no bloco, onde serão abordadas, na visão acadêmica, as vantagens da integração internacional. Na execução do projeto esta sendo utilizados materiais bibliográficos, fontes de dados de Institutos Oficiais, revistas e outras informações inerentes ao assunto.

Palavras-chave: MERCOSUL, Integração, Cooperação.

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo marcado pela globalização, onde o poder de mercado dos países está sendo comprometido devido ao processo de grande concorrência entre as nações, surge então a necessidade dos programas de cooperação e integração dos países para suprir esta desigualdade.

Nesse contexto, pode-se contar com as universidades, especialmente as públicas, que investem continuamente nos processos de crescimento e desenvolvimento econômico. Não podemos minimizar a importância dos empresários que também se empenham em tal questão.

A problematização maior está com a grande competitividade mundial, causada pela globalização e, com isso, as nações para diminuir os custos, melhorar a qualidade dos produtos e serviços e fortalecer as políticas de negociações internacionais, procuram formar blocos comerciais de integração técnico-econômico, conhecido como "integração socioeconômica".

Segundo Neves e Morosini (1995) a função desempenhada pela produção de ciência e tecnologia nos países do MERCOSUL, da mesma forma que os investimentos neste setor, verificam-se a existência de uma relação similar quando se compara com a população total des-



tes países. No Brasil o número de pesquisadores por milhão de habitantes ainda é inferior ao da Argentina e do Uruguai, porém se avaliar os dados utilizando números absolutos o Brasil possui maior número de pesquisadores e maior publicações por milhão de habitantes do que a Argentina e o Uruguai, pela própria extensão territorial e população.

Segundo Neves e Morosini (1995), um dos principais problemas da integração universitária é o reconhecimento de diploma, títulos e estudo. Pois não é só a vertente do reconhecimento dos diplomas, mas também questão de terminologia troca de informações, certificação dos estudos e exercício da carreira.

A principal motivação desse trabalho científico, além de ganhar conhecimento e experiência, tanto na área da economia como na de pesquisa científica, também está em mostrar como está o desenvolvimento dos acordos do MERCOSUL; que embora para muitos pareça estar estagnado encontra-se em estágio de desenvolvimento.

Outro fator relevante que direcionou o autor a desenvolver essa pesquisa é de sentir como empresários e políticos estão vendo esse processo de investimento na educação integrada como melhora das condições de vida da população, pois com profissionais melhor qualificados, produzindo mais com melhor qualidade, aumentará a oferta com preços mais baixos encadeando em uma melhoria extraordinária a toda a sociedade.

Dessa forma a principal atenção está em analisar os projetos de cooperação que existem no MERCOSUL, mostrando assim como tais projetos serão de grande importância para os países membros de tal bloco.

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar como anda o desenvolvimento no processo de cooperação e integração no MERCOSUL nas últimas décadas, e os aspectos das políticas de relações internacionais do conglomerado de ensino e pesquisa do MERCOSUL, onde serão abordadas, na visão acadêmica, as vantagens da integração internacional.

Assim não podemos esquecer que o principal objetivo do MERCOSUL que é se estabelecer em um verdadeiro mercado comum entre os países integrantes, seguindo os objetivos que foram estabelecidos em 1991 no Tratado de Assunção pelo qual se formou o bloco. Com isso mostra como se encontra a união dos países membros de tal bloco econômico, juntamente com seus problemas de execução, procurando apresentar as melhores soluções.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa será apresentada a viabilidade da integração, buscando demonstrar os aspectos políticos e econômicos que são discutidos pelos países



membros, em que são mostrados os problemas e as conseqüências da referida integração e como os governos estão tomando as decisões a respeito disso.

Além da introdução, o presente trabalho está distribuído no referencial teórico que discorre sobre os principais autores sobre o MERCOSUL, metodologia, discussões e considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Bastos (2008), a precursora da integração foi a Europa que inicia o processo na década de 1950. Ao ver a integração européia, a América Latina, para não se tornar inferiorizada no comércio mundial, também se lança no processo de integração a partir da década de 1960.

A autora diz, ainda, que a idéia de integração na América Latina vem de Simon Bolívar, que em 1824 tentou criar um bloco de integração de países, porém sua idéia não foi aceita, e só se volta a falar no assunto, após a Europa começar seu processo de integração. Em 1960 cria-se a ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio, pelo Tratado de Montevideú.

Bastos (2010) afirma que a ALALC, que era composta por Brasil, Paraguai, Uruguai, México, Peru, Equador, Chile, Colômbia, Argentina, Bolívia e Venezuela, visava estabelecer um mercado sem fronteiras de grande porte, ampliando os mercados nacionais de seus membros, o objetivo seria em 12 anos alcançar tal progresso, porém não conseguiu alcançar sua meta.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC (2010), o MERCOSUL representa muito mais que apenas um acordo comercial entre certo bloco de países sul-americanos. É uma união entre os países membros, visando além dos aspectos comerciais, a integração política e cultural, para possibilitar uma melhoria na qualidade de vida dos integrantes, que mostra imprescindível a busca pela integração mais competitiva. Esses aspectos ocorrem em função do mundo que é marcado por grandes espaços econômicos em que a cooperação e o progresso técnico são essenciais para investimentos em planos de desenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável dos países integrantes do bloco de competição mundial.

Podemos verificar que no momento os países integrantes, que fazem parte do MERCOSUL são: Brasil, Argentina, Paraguai, e Uruguai. A Venezuela esta em processo de ade-



são, e se tornará parte quando estiver em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao bloco.

A Agência Brasileira de Cooperação - ABC (2010) ressalta, ainda, que a cooperação técnica contribui diretamente para o cumprimento de dois objetivos: 1) promover o desenvolvimento tecnológico e científico; e 2) promover o aumento e a diversificação da oferta de bens e serviços com padrões de qualidade comuns, segundo as normas internacionais. Assim, favorece a padronização e a harmonização de normas técnicas e procedimentos, facilitando o comércio com circulação de bens, pessoas e serviços dentro do bloco e viabilizando a integração socioeconômica.

De acordo com a Academia Brasileira de Direito (2009), em uma reunião, onde Celso Amorim e a ministra Ellen Gracie discutiram sobre processo de integração do MERCOSUL, Amorim expõe que não adianta apenas o presidente e o chanceler serem integracionistas, precisa-se que todos sejam integracionistas para termos êxito no processo de integração regional no MERCOSUL. Ressalta, ainda, que entre o ITAMARATI e o Supremo Tribunal Federal (STF) exista um intenso processo de cooperação em relação ao MERCOSUL. Segundo Amorim, o interesse do judiciário reflete exatamente os interesses da sociedade quando se refere ao processo de integração, além do que isso é um ideal partilhado não só pelo bloco do MERCOSUL, mas também por todos os países da América do Sul.

Neves e Morosini (1995) afirmam que entre os países integrantes do MERCOSUL, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, pesquisas foram realizadas mostrando que nos últimos trinta anos os países do MERCOSUL apresentaram crescimento na formação de profissionais via graduação. Analisando os universitários que estão estudando, da faixa etária entre 18 a 23 anos, obteve-se que a totalidade representa 47% no Uruguai sendo que apenas 1/3 concluem a graduação; 41% na Argentina, apenas 1/5 concluem; 11% no Brasil e 9% no Paraguai. No Brasil e no Paraguai, apenas 50% concluem a graduação, segundo pesquisa do CEPAL (1990).

3. METODOLOGIA

Este projeto propõe uma pesquisa científica baseada em dados estatísticos, em pesquisas, artigos e em matérias publicadas. Para demonstrar o projeto será utilizado métodos dedutivos e empíricos assim como o senso comum, serão utilizados dados governamentais de fontes



oficiais para obter uma pesquisa fidedigna, além de levantamento bibliográfico, dados estatísticos oriundos das fontes oficiais para a montagem de gráficos e tabelas. Todos os dados assim como as informações servir-se-á de parâmetro para a sociedade estar ciente do processo integracionista.

Tal pesquisa se tem em duas fases quais sejam:

- a. Pesquisa de material didático e bibliográfico, em que tal projeto é embasado, demonstrando um breve contexto da integração e cooperação comercial no MERCOSUL, de seus projetos em andamento, e dos problemas existentes.
- b. Nesta etapa o projeto é enriquecido com dados numéricos sobre a situação dos países membros em relação aos projetos de integração internacional, além de mostrar detalhadamente o contexto sobre a integração e seus projetos, mostrando possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo MERCOSUL.

Também é utilizado dados secundários, de páginas de internet de projetos já concluídos em universidades de pesquisas em livros, a fim de dar melhor embasamento em minha pesquisa.

Dentre outras fontes, utilizo dados da UNESCO, do CRESALC, do CEPAL, da AUGM, do MCE, do MEC/SAG, e de universidades dos países integrantes do MERCOSUL, onde é englobado o conjunto de dados e sintetizados os significados estatísticos dos mesmos.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Observamos que os políticos e empresários em nosso país estão cautelosos, com certo receio de investir no MERCOSUL. O que leva a isso é diversos fatores mundiais, como a crise econômica mundial que ainda persiste em todo o mundo. Outro fator de muita influência neste “medo” de investir, são as dificuldades que a união européia vem enfrentando, estes fatores vêm causando tal receio, tanto dos governos como dos empresários de não surtir o efeito esperado com seus investimentos.

Neves e Morosini (1995) dizem que observando os acadêmicos ingressantes e os que concluem a graduação, a diferença vista anteriormente se reduz. Proporcionalmente, temos mais argentinos e uruguaios do que brasileiros que ingressam, porém, de acordo com a Tabela 1, somente concluem a graduação 20,92% dos universitários argentinos, 30,51% dos uruguaios e 42,70% dos brasileiros e 45,0% dos paraguaios. Observa-se que a taxa de desistência dos brasileiros e paraguaios é menor do que a dos argentinos e uruguaios. Este quesito também é muito



preocupante, pois em nenhum dos casos chega-se a 50% dos concluintes, significando investimentos mal utilizados na educação superior pelos países membros do MERCOSUL.

Na tabela 1, podemos observar que na Argentina apenas 14,17% dos matriculados realmente ingressavam no ensino superior. No Brasil esta porcentagem era 34,41%, da mesma forma que no Uruguai apenas 21,34% ingressavam e no Paraguai só 8% ingressavam. Levando em consideração quanto que representava o numero de acadêmicos por professor, na Argentina existia 1,7 aluno/professor, no Brasil era 4,08 aluno/professor, já no Uruguai era 2,02 acadêmico/professor e no Paraguai não foi encontrado um número certo de quantos docentes existia neste período. Se analisarmos a porcentagem da conclusão dos cursos em relação ao ingresso, veremos que na Argentina só concluía a graduação 20,92%, no Brasil os concluintes eram 42,7%, já no Uruguai somavam 30,51% e no Paraguai concluía a graduação 45%.

Tabela 1 – ENSINO SUPERIOR NO MERCOSUL ENTRE 1992 E 1993

Situações	Argentina	Brasil	Uruguai	Paraguai
Ingresso	152.612	548.678	13.659	4.000
Matriculas	1.077.192	1.594.668	64.000	50.000
Docentes	89.609	134.403	6757	---
Concluintes	31.933	234.288	4.168	1.800

FONTES: MCE/Instituto Nacional de Estadística y Censos; Brasil: Anuário Estatístico MEC/SAG; Uruguai: Universidad de La Republic/División de Estadística; Paraguai: Universidad Nacional/Departamento de Planificación (1992-1993).

A Fundação Universitária Ibero-americana – FUNIBER (2010) ressalta que não podemos esquecer que a evolução e progresso da educação geram renda para o país melhorando o desenvolvimento sustentável e a vida da sociedade em geral. A educação reduz a desnutrição como base do desenvolvimento de projetos de melhorias sustentáveis de vida. Outro fator é o aumento da capacidade de produção de projetos de alto interesse internacional pelas comunidades, como: a consultoria técnica sob óticas internacionais de ajuda mutua, assim tem-se um aumento e melhoria da igualdade e da justiça respectivamente, por meio de agentes de desenvolvimento responsáveis com as comunidades.

Segundo Neves e Morosini (1995), a partir de 1992, a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), a coordenação dos assuntos universitários do memorial da América latina e do Brasil, e o Centro Regional para a Educação Superior na América Latina e



no Caribe (Cresalc), vêm realizando um trabalho conjunto para a integração acadêmica, tal associação, com seus esforços conseguiram fazer com que a UNESCO/Cresalc assinasse um acordo com as fundações citadas.

As autoras dizem ainda que, no início de 1996, a rede de integração e mobilidade acadêmica, inicia a segunda etapa do convênio UNESCO/Cresalc, onde juntamente com o Parlatino¹ e a PUC/SP, realizam acordos de integração de todas as universidades da América Latina, e a compatibilização dos programas de estudo, de forma a deixar os cursos com grades semelhantes nos variados países integrantes.

Neves e Morosini (1995) relatam que, o fato da Argentina e o Uruguai ter mais pesquisadores por milhão de habitantes do que o Brasil. Porém em números absolutos o Brasil possui mais pesquisadores que os dois países devido sua extensão territorial, isto se dá devido ao grande número de habitantes que o Brasil possui. Os investimentos do Brasil em ciência e tecnologia em 1980 perfaziam 700 milhões de dólares, em 1985 passou a 2,4 bilhões de dólares e em 1991 chega a 3,179 bilhões de dólares, já a Argentina em 1980 seus investimentos eram de 500 milhões de dólares, em 1985 reduz seus investimentos para 300 milhões, e em 1991 volta a investir forte, totalizando 576 milhões de dólares. As autoras dizem que apesar de tais investimentos no Brasil, os dados relativos mostram que o país está semelhante ou inferior aos outros países do bloco. Isto mostra que investimentos em ciência e tecnologia só surtem efeitos em longo prazo.

De acordo com o site do MERCOSUL, em relação ao desenvolvimento, o MERCOSUL conta, desde 1995, com uma tarifa externa comum (TEC), que em quesitos tarifários abrange todo o universo de produtos que são comercializados com terceiros países, conta com cerca de nove mil itens na nomenclatura comum do MERCOSUL, que são tarifados, com tarifas ad-valorem que estão entre de 0% a 20%. Porém existe uma série de procedimentos aduaneiros e administrativos que são utilizados visando assegurar uma uniformização na aplicação da TEC.

Conforme página eletrônica do MERCOSUL (2011), os estados associados ao MERCOSUL são: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, e Peru, esta associação só acontece por causa do comprometimento dos integrantes do bloco que procuram se aprofundar nos processos de in-

¹ PARLATINO: O Parlamento Latino-americano foi criado em 10 de dezembro de 1964, na cidade de Lima Peru, com o objetivo de promover, harmonizar e canalizar o processo de integração do MERCOSUL. Sua Sede permanente está localizado no Panamá.



tegração, além de melhorar e reforçar as relações com os países da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), significando que só os países que fazem parte da ALADI podem se associar ao MERCOSUL, é claro que para se integrarem ao bloco, os países tem de estarem de acordo com as regulamentações do MERCOSUL, como o livre comércio com os integrantes do bloco, estar de acordo com o protocolo de Ushuaia que trata de compromissos democráticos, entre outros. Os países que fazem parte da associação podem participar das reuniões e congressos do MERCOSUL para discutirem sobre assuntos de interesses mútuos, porém não possuem poder de votos, isso fica restrito aos integrantes do bloco.

Segundo VIÉGAS (2008), em 2005 foi constituído o parlamento do MERCOSUL, pela decisão nº 23/2005, do conselho mercado comum. Tal decreto foi assinado pelos governantes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, todos sendo integrantes do MERCOSUL. Tal reunião deliberativa ocorreu em Montevideu, no dia nove de dezembro de 2005.

VIÉGAS (2008) ressalta que o protocolo estabelecido decidiu que o parlamento do MERCOSUL substituirá a comissão parlamentar conjunta, que até então cuidava da estrutura de institucionalização do bloco. Dentre outros, o protocolo estabelece a representação dos povos do MERCOSUL, respeitando as diversas ideologias e políticas; a promoção e defesa da democracia, da liberdade, da paz e do desenvolvimento sustentável com justiça social; o estímulo à participação dos atores da sociedade civil no processo de integração e à formação de uma consciência integracionista na região; a consolidação da integração latino-americana mediante o aprofundamento e consolidação do MERCOSUL; a promoção da solidariedade e cooperação regional e internacional.

VIÉGAS (2008), ainda mostra que tal parlamento representa um grande avanço em relação a comissão parlamentar conjunta. Inicialmente porque seu protocolo constitutivo atribui um voto para cada parlamentar (art. 18, inciso 2) e não a cada delegação nacional, acabando assim com a lógica nacional que existia nos processos deliberativos da constituição e organização institucional do MERCOSUL. A criação deste parlamento servir-se-á para sanar duas grandes debilidades, quais sejam: permitir o debate prévio das normas, dando lugar ao aperfeiçoamento das mesmas ao ouvir as sugestões dos setores da sociedade civil envolvidos. O outro grande fator é por conferir coerência interna ao MERCOSUL:

“Pois ao receber o Presidente *Pro Tempore* quando entra, para que esse apresente o seu programa, e também quando sai, para que relate ao Parlamento



os resultados de sua gestão (art. 4º, incisos 6 e 7), o Parlamento do Mercosul permitirá ao público interessado uma visão de continuidade das iniciativas tomadas e ações realizadas no âmbito do bloco. O órgão servirá, portanto, de vínculo entre as Presidências *Pro Tempore* que se sucedem e contribuirá para dar maior efetividade ao MERCOSUL". (VIÉGAS, 2008, p.51)

Segundo a Cartilha do MERCOSUL (2005), o Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão superior do bloco, responsável pela organização do processo político de integração, além de ser responsável pela tomada de decisões para assegurar que serão cumpridos os objetivos e prazos estabelecidos pelo Tratado de Assunção. Em sua composição há no conselho ministros de relações exteriores e de economia ou outros que desempenhem papel importante dos quatro países que fazem parte do bloco. A presidência é exercida em ordem alfabética com duração de seis meses, alternando entre os países membros. Tem de acontecer pelo menos uma reunião por ano, e os presidentes dos países devem comparecer nas reuniões.

A cartilha mostra ainda que em 14 anos de criação do MERCOSUL até fevereiro de 2005 pode-se registrar a existência de 1494 normas, em que 331 são decisões do conselho do mercado comum (CMC), 1023 resoluções do grupo mercado comum (GMC) e 140 diretrizes da comissão de comércio do MERCOSUL (CCM). Desse total, 560 estão vigorando. O modo de negociação que está envolvido na criação destas normas é de grande complexidade, não apenas pela quantidade de pessoas envolvidas, mas de grande importância a diversidade de informações que eles manejam. É preciso ressaltar ainda, que parte de suma importância do acervo documental do bloco, está formada de normas que precedem a formação de outras normas.

5. CONSIDERAÇÕES

Portanto é de suma importância que exista um empenho, por parte dos governos e de empresários, na educação integrada no MERCOSUL, pois é só assim que teremos mais profissionais com melhor qualificação, isto ocorrerá devido que, é muito mais barato estudar em certo país do bloco do que em outro, assim pessoas com renda não tão alta poderão fazer uma graduação com qualidade reconhecida em todo o MERCOSUL. Desta forma se mostra a importância do reconhecimento de títulos de estudos dentre os países membros.



Neste ínterim, observamos várias controvérsias no processo de integração do MERCOSUL, assim é de necessário a existência de um sistema de solução de controvérsias para um maior desenvolvimento da integração sustentável.

Segundo MENEZES (2000), hoje existem dois sistemas de solução de controvérsias, sendo que o primeiro está baseado em um sistema jurídico supranacional, do qual tem poder absoluto perante os direitos dos estados que fazem parte do bloco, o qual não usa o processo de recepção por parte dos estados, tendo poder de aplicar com efeito imediato sobre o ordenamento jurídico interno. Tal modelo, segundo o autor, foi aplicado na Europa e deu origem ao chamado Direito Comunitário.

A outra forma de solucionar tal problema, segundo o autor, é de caráter intergovernamental, é o chamado tribunal de arbitragem. Neste modelo não temos um sistema instituído pelos estados-partes, permanentemente, só ocorre quando acontecem conflitos, desfazendo-se quando os conflitos são sanados. Os deliberantes são agentes dos governos que são indicados pelos governos dos países envolvidos, também entra na decisão um terceiro de um estado que não faz parte do litígio. A arbitragem desempenha seu papel na prática internacional, dando prioridade, antes de tudo a negociação direta entre os estados. As decisões alcançadas não são aplicadas imediatamente, assim as decisões têm que ser incorporadas pelos estados partes, segundo o sistema de recepção do direito internacional de cada país.

No caso do MERCOSUL adotou-se a segunda forma de solução de controvérsias mostrada por Menezes (2000), e tal sistema vem se mostrando eficiente em tal bloco.

Se observarmos a integração sócio-econômica, notamos que devido aos processos crescentes de queda de barreiras comerciais, existente nos dias atuais, o mundo se tornou "pequeno", pois um acontecimento ocorrido do outro lado do planeta leva poucos segundos para ser identificado, conhecido, e analisado praticamente em tempo real, dessa forma o comércio mundial se tornou mais competitivo, com um maior nível de singularidades a ser analisadas, gerando uma necessidade crescente em reduzir custos de produção, bem como de atentar-se para as variáveis ambientais que cada vez mais exigem das organizações e também seus profissionais, aplicar um modelo de integração das nações, para que caminhem rumo a formação de blocos econômicos visando reduzir custos na produção, e viabilizar processos que permitam a conquista de novos mercados.



Dessa forma, o MERCOSUL vem evoluindo, e se existir um empenho maior dos governos, tenderá a evoluir mais, melhorando a qualidade de vida de toda a sociedade pertencente aos países do bloco.

6. REFERÊNCIAS

ABC – Agencia Brasileira de Cooperação. Disponível em:

http://www.abc.gov.br/lerNoticia.asp?id_Noticia=590 Acesso em 02/04/10, às 20hs.

ABDIR – Academia Brasileira de Direito – 2009. Disponível em: <http://www.abdir.com.br/> Acesso em 31/03/2010, às 21h e 50min.

ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração 2008. Disponível em: www.angrad.org.br/novidades/integracao...mercosul/291/ Acesso em 01/04/2010, às 17hs e 15.

BASTOS, Luciana Aparecida – São Paulo: Tese de Doutorado – 2008.

CARTILHA DO MERCOSUL – 2005. Pesquisa da Secretaria-Geral da Presidência da República em conjunto com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e o Ministério das Relações Exteriores.

CLASSIFICADOS DO MERCOSUL – www.mercosul.gov.br: Acesso em 10/02/2011 às 19hs e 30min.

FUNIBER – Fundação Universitária Ibero-americana, Instituto PIAGET - 2005 - 2007. Disponível em: www.piaget-funiber.org.pt/projetos/cooperacao/ Acesso em 01/04/2010, às 20hs e 12min.

MENEZES, Wagner – 2000. Lineamentos para sistematização do estudo do Direito da Integração, revista dos tribunais, São Paulo, março de 2000.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta e MOROSINI, Marília Costa – 1995.

Protocolo de integração educacional para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos estados partes do MERCOSUL. MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 8/96.

VIÉGAS, Iran de Jesus Alves - 2008. Programa de Pós-graduação do Cefor (Centro de Formação da Câmara dos Deputados).